

CONCEPÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS NA 6ª CLASSE DA ESCOLA PRIMÁRIA DO CATÓ EM SUMBE, ANGOLA

António Cataienga Serôa

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe)

João Adelino José

(Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p>António Cataienga Serôa é Licenciado em Ensino da Matemática, formado pela Universidade Agostinho Neto (UAN), no Pólo Universitário do Cuanza-Sul em Sumbe, mestre em ensino da Matemática pelo Instituto Superior de Ciências da Educação do Sumbe (ISCED-Sumbe), doutorando em Ciências da Educação, na especialidade de metodologia do ensino primário em Matemática no Instituto Superior de Ciências de Educação do Sumbe (ISCED-Sumbe). E-mail: cataiengaseroa@gmail.com</p> <p>João Adelino José é Licenciado em Ciências de Educação, na especialidade de ensino da Matemática, formado pela Universidade Agostinho Neto (UAN), Polo do Cuanza-sul, em sumbe, Mestre em Ensino da Matemática pelo ISCED-Sumbe, Doutorando em Ciências de educação na especialidade de metodologia de ensino da Matemática do ensino primário no instituto superior de ciências de educação do sumbe (ISCED- Sumbe). E-mail: tiogandoangolano@gmail.com</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>O artigo tem como objectivo principal apresentar as concepções sobre os instrumentos de avaliação das aprendizagens na 6ª classe da Escola Primária do Cató em Sumbe, Angola. Especificamente, pretende-se compreender as concepções sobre avaliação a partir da perspectiva de um professor, bem como descrever os instrumentos utilizados na referida classe e determinar a eficácia dos mesmos. A presente pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, de natureza básica, descritiva quanto aos objectivos e, quanto aos procedimentos, insere-se na pesquisa documental e pesquisa de campo, segundo (Gerhardt e Silveira, 2009). Fez-se leitura dos documentos da referida escola para constatar os factos apresentados e também do material de apoio do Módulo de Avaliação, de autores angolanos e outros autores que abordam aspectos sobre a avaliação das aprendizagens. Na pesquisa de campo, contactou-se o docente da 6ª classe da referida escola para obtenção de dados e informações necessárias para a construção da pesquisa, no que tange à concepção sobre a aplicação dos instrumentos de avaliação. Os resultados desta pesquisa apontam, essencialmente, para a necessidade de uso diversificado de instrumentos, de modo a contemplar espaços de participação activa a todos os alunos sem quaisquer discriminações.</p>	<p>The article presents the conceptions about the instruments for assessing learning in the 6th grade of the Cató primary school in Sumbe, Angola. However, it aims to understand conceptions about evaluation through one teacher's perspective, as well as to describe the instruments used by them in the class and to determine their effectiveness. This research was based on a qualitative approach, of a basic nature, descriptive as to the objectives and, as to the procedures, it is part of the documentary research and field research, according to (Gerhardt & Silveira, 2009). The documents of the referred school were read to verify the facts presented and the support material of the Assessment Module, by Angolan authors and other authors who address aspects of the learning assessment. In the field research, the 6th-grade teacher of the referred school was contacted to obtain data and information necessary for the construction of the research, concerning the conception of the application of the assessment instruments. The results of this research essentially point to the need for a diversified use of instruments, to provide spaces for active participation for all students without any discrimination.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Ensino-Aprendizagem; Resultados; Tomada de Decisões.	Teaching-Learning; Results; Decision Making

INTRODUÇÃO

Segundo a Lei n.º 17/16 de 7 de Outubro, alterada pela lei n.º 32/20 de 12 de Agosto, o Sistema de Educação e Ensino em Angola é unificado. É constituído por seis subsistemas e quatro níveis de ensino, mormente, Subsistema de Educação Pré-Escolar, Subsistema de Ensino Geral, Subsistema de Ensino Técnico-Profissional, Subsistema de Formação de Professores, Subsistema de Educação de Adultos e Subsistema de Ensino Superior. Os níveis de ensino têm a seguinte ordem e nomenclaturas: Educação Pré-Escolar, Ensino Primário, Ensino Secundário e Ensino Superior. Ainda segundo a referida Lei, o Subsistema de Ensino Geral é o fundamento do Sistema de Educação e Ensino, que visa assegurar uma formação integral, harmoniosa e sólida, necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para o acesso aos níveis de ensino subsequentes. Esse Subsistema é constituído em Ensino Primário e Ensino Secundário. O Ensino Primário tem a duração de seis anos, e ascendem ao mesmo as crianças que têm ou completarão seis anos de idade no ano de matrícula. Esse nível de ensino integra três ciclos de aprendizagem, compreendendo duas classes para cada ciclo. Assim, o I ciclo corresponde a 1ª e 2ª classes, 3ª e 4ª classes correspondem ao II; e 5ª e 6ª classes correspondem ao III ciclo. A avaliação final dos objectivos pedagógicos é efectuada no último ano de cada ciclo, ou seja, na 2ª, 4ª e 6ª classes.

Em qualquer nível ou classe de ensino, a avaliação faz-se presente, pois constitui uma tarefa permanente e necessária ao trabalho do docente, nas suas actividades lectivas cotidianas. Nesta perspectiva, Fazenda (2007) afirma que é através da avaliação que se dá conta dos avanços e dos recuos, dos ganhos e das perdas, possibilitando pensar em estratégias de superação dos possíveis pontos de estrangulamento do processo de ensino-aprendizagem.

Na mesma perspectiva, Perrenoud (1999) destaca a avaliação como ponto chave de qualquer intenção de mudança na prática educativa, e a coloca no centro de um octógono, rodeado de oito dimensões interdependentes, a saber: satisfações pessoais e profissionais; sistema de seleção e de orientação; planos de estudos e exigências; relação entre os familiares e a escola; organização das turmas, individualizações; didática e métodos de ensino; controle didático e relação pedagógica; e, por último, acordo, controle e política institucional.

No contexto angolano, a 6ª classe é o último ano do Ensino Primário e, na qual, são também avaliados os objectivos pedagógicos da 5ª classe. Nesse sentido, é importante sabermos como têm sido aplicados os trabalhos de avaliação das aprendizagens. Para o efeito, pretende-se compreender as concepções de um professor em relação aos instrumentos de avaliação e verificar quais recursos avaliativos são utilizados em sala de aula.

A avaliação das aprendizagens visa a determinação dos níveis de conhecimento dos alunos e, simultaneamente, serve para a autoavaliação do professor na identificação do alcance de seus objectivos. Todavia, as operações no processo de ensino-aprendizagem devem ser avaliadas de acordo com os seus objectivos. Assim sendo, os instrumentos de avaliação devem ser construídos dentro dos limites dos objectivos da matéria, da aula, do curso, da especialidade e da finalidade da própria avaliação. Conceber correctamente os instrumentos de avaliação ajuda a ter bons resultados e criar novas perspectivas educativas.

1 ALGUNS CONCEITOS SOBRE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Para Fazenda (2007), corroborando com algumas ideias anteriormente citadas, a avaliação é o reflexo da qualidade do trabalho que o professor e os alunos desenvolvem. “É uma actividade complexa que não deve resumir-se apenas à atribuição de notas, mas igualmente à interpretação quantitativa e qualitativa dos resultados, relacionando-os com os padrões de rendimento” (p. 40). Assim, ele define a avaliação como

[...] um componente do processo de ensino-aprendizagem que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objectivos propostos e daí orientar a tomada de decisões em relação às actividades didácticas posteriores (Fazenda, 2007, p. 40).

Segundo Hoffmann (2011, p. 17), a avaliação é:

[...] a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. Processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação.

Libâneo (1994, p. 195) considera a avaliação como “[...] uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. Assim, a avaliação “[...] é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas”.

Segundo Luckesi (2011), ao avaliarmos as aprendizagens, estamos a medir o nível de conhecimento adquirido pelos alunos sobre o conteúdo ministrado na aula. Todos resultados da avaliação produzem elementos para o avaliado e o avaliador, tanto que, se o resultado for positivo para ambos, todos ficarão satisfeitos. O autor ainda afirma que a avaliação também é uma forma de investigar os alunos, de modo a

determinar se compreenderam o que foi ensinado pelo professor. Para esse autor, quem avalia procura identificar alguns traços ou dados para compreensão de suas práticas didáticas, por meio de questões ligadas ao conteúdo ministrado em sala de aula. Para que o resultado da avaliação seja positivo, é necessário que se invista no processo de ensino-aprendizagem e na disponibilização de tempo para o efeito.

No processo avaliativo, a avaliação pode ocorrer de forma diagnóstica, formativa e somativa. O resultado é quantificado pelos objetivos dos instrumentos aplicados. Segundo o autor anteriormente citado, os resultados das avaliações servem para tomada de decisões, que podem determinar o avanço ou recuo, atendendo aos objetivos que se pretende com os conhecimentos e resultados da avaliação.

A avaliação da aprendizagem possibilita ao professor obter dados ou informações a respeito dos alunos, para que possa traçar novas metas que conduzam uma melhoria da metodologia de trabalho. Como mencionamos anteriormente, a avaliação ocorre sob três momentos:

- Avaliação diagnóstica: é aquela que se faz no início de novas aprendizagens, como por exemplo, de um tema, subtema, unidade, no início de um trimestre, de um ano lectivo, e permite ao professor obter informações de como estão os seus alunos, para que, a partir daí, trace novas técnicas ou mude de procedimentos para lidar com os alunos de forma coletiva ou individual, conforme o resultado da respectiva avaliação;
- Avaliação formativa: é aquela que é feita durante a aula, ou seja, a que acompanha a formação de competências do aluno, na qual o professor faz acompanhamento e regista o progresso do aluno;
- Avaliação somativa: ocorre no final de um trimestre, semestre ou final de um ano lectivo para determinar as competências acumuladas pelo aluno.

Portanto, o professor deve saber o “quê”, “como”, “quando” e “para quê” avaliar, no intuito de obter resultados que possibilitem a melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

2 CONCEPÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Na prática docente angolana, as avaliações ocorrem de modo a determinar as competências dos alunos, para que se construa um histórico académico de seu desenvolvimento durante a aula, o trimestre, semestre e o ano lectivo. Os instrumentos usados para o efeito descrevem-se como as fichas de avaliação, provas orais, provas escritas, trabalhos em grupos, trabalhos individuais, e avaliação dos cadernos (conteúdos, organização e tarefas de casa).

Sousa (2017), numa de suas pesquisas, destacou algumas técnicas e instrumentos de avaliação, nomeadamente, a observação, acompanhamento de actividades, os trabalhos de pesquisa; estudo de caso; seminário; debates; autoavaliação; trabalhos em grupo; entrevista; provas dissertativas e objectivas, que podem ser adotados para a efectivação dos objectivos da educação. Ainda sobre os instrumentos de avaliação no contexto angolano, os autores Afonso e Agostinho (2008) destacam as perguntas orais, as perguntas escritas ou chamadinhas, actividades práticas, trabalhos em pequenos grupos, trabalhos para casa, observação individualizada, lista de verificação, contrato pedagógico e a prova. Esses autores definem a prova como “um instrumento ou ferramenta constituída por um conjunto de documentos essenciais que são: matriz da prova, enunciado, chave, cotação e critérios de classificação” (p. 54). A matriz configura-se no primeiro passo a ser dado por quem elabora a prova, transformando-se, assim, no alicerce de todos os outros documentos. Essa deve constituir-se essencialmente pelos objectivos, conteúdos, competências, número, tipo de perguntas, cotação e material necessário.

Entendemos que o momento da elaboração da matriz reveste-se de uma importância capital, pois o professor interliga e dialoga com todas as variáveis do processo avaliativo. Por exemplo, ao seleccionar os objectivos, ele deve priorizar os conteúdos essenciais abordados nas aulas, ao mesmo tempo, precisa definir o tipo de perguntas que serão inseridas na avaliação, determinando o valor que cada uma delas tem no âmbito das competências a avaliar.

Em relação aos critérios de classificação de uma prova, os autores, anteriormente citados, os definem como sendo “o conjunto de normas a observar com vista a atribuição de notas a cada uma das perguntas. Se os critérios da prova não forem definidos, torna a avaliação mais subjectiva, pois dependerá do classificador decidir o que fazer” (Afonso; Agostinho, 2008, p. 62).

Sousa (2017, p. 67) afirma que a “avaliação não tem fim em si mesma, ela tem a finalidade de auxiliar o professor e o aluno a perceberem como está se desenvolvendo o processo de ensino e de aprendizagem”. Para isso, as técnicas e os instrumentos utilizados pelo professor precisam ser coerentes com as finalidades da educação, assumidas pela escola e pelo professor. Esse autor reconhece que o uso de vários instrumentos pode permitir ao professor conhecer melhor os seus alunos. Consequentemente, o docente terá condições de dar novos encaminhamentos, caso não esteja havendo eficácia no aprendizado. Ao nosso entender, esse autor destaca a avaliação como um acto contínuo, que deve desenrolar-se em todos os momentos do processo docente-educativo, para o alcance dos níveis de excelência. Porém, mesmo quando houver resultados positivos dos alunos, haverá sempre necessidade de avaliar,

tendo em conta a dinâmica do tempo e os novos desafios que se impõem na presente sociedade.

Os instrumentos de avaliação variam em função dos objectivos que se pretendem alcançar com a avaliação. Ao planificar uma dada avaliação, assim como os instrumentos para avaliação do grau de assimilação dos alunos, aplicam-se prova escrita, de forma individual ou em grupo, através de um enunciado que contém descrito os elementos da avaliação conforme os objectivos da aula, e prova oral de perguntas directa ou de desenvolvimento, cumprindo com as intenções da mesma.

Segundo o Ministério da Educação de Angola (2013), o professor tem ao seu dispor uma grande variedade de instrumentos para determinar o nível de desempenho apresentado pelos alunos, em função dos objectivos propostos. Por conseguinte, para realizar uma avaliação adequada, é necessário utilizar instrumentos que proporcionem dados correctos. Os instrumentos de avaliação mais usados nas escolas são as provas orais, escritas e práticas. Isso não limita o professor em usar outros, em função do desempenho dos alunos e das metas traçadas para o efeito.

De acordo o Currículo do Ensino Primário de Angola, as provas escritas são as que podem ser usadas em qualquer aula, como testes aplicados no final de uma aula ou no início da seguinte, para o professor se certificar sobre o que o aluno aprendeu e saber, então, que rumo dar aos trabalhos da turma: repetir, rectificar ou prosseguir. As mais importantes são as trimestrais e exames finais, para além das que se aplicam numa perspectiva formativa.

Essas provas podem ser compostas por questões dissertativas (provas dissertativas) ou de questões objectivas (provas objectivas) referentes aos conteúdos trabalhados em sala de aula. As provas tradicionais ou dissertativas são aquelas em que o aluno organiza e escreve a resposta, utilizando as suas próprias palavras. Como principais tipos de provas objectivas, podemos citar as provas de falso/verdadeiro, escolha múltipla, lacunas, correspondência, respostas simples, ordenação, identificação etc. Quanto às provas práticas, o examinando coloca-se diante de dificuldades concretas ou fictícias, para a solução das quais terá de fazer uso de elementos concretos e teóricos. Essas provas, além de averiguar o conhecimento teórico, aferem habilidades, segurança e domínio de técnicas, bem como o manejo de instrumentos especializados. Em relação às provas orais, decorrem com base no diálogo entre o professor e os alunos. Realizam-se mais pelo interrogatório, que pode ocorrer durante as aulas, após um determinado número de aulas ou no final de unidades didácticas.

A propósito, Afonso e Agostinho (2008) levantam uma questão hipotética de uma situação docente, que se espelha no seguinte: durante uma determinada avaliação, o que fazer com aqueles alunos que não participam, isto é, que não respondem a

nenhuma pergunta durante a aula? De modo a responder a questão, eles prosseguem corroborando com a ideia de Fazenda (2007, p. 28), que diz: “ao avaliar não se tem por meta atribuir valores ou notas aos alunos, mas sim realizar bem os procedimentos que levem o aluno a aprender significativamente aquilo que contém nos documentos orientadores da actividade educativa”. Segundo os autores, existe sempre um grupo de alunos que, por diversos motivos, mesmo sabendo, não se arrisca a responder as perguntas orais feitas na sala de aula pelo professor. Esses alunos ficam prejudicados, se o professor optar em aplicar um único tipo de instrumento de avaliação. Nesse sentido, para fazer com que todos os alunos possam ver o seu desempenho avaliado antes, durante ou no fim da aula, apontam-se os seguintes procedimentos:

Perguntas orais: através das quais se estabelece um diálogo directo entre professor e aluno, e podem ser utilizadas constantemente no decorrer da aula em função do método de ensino planificado.

Perguntas escritas ou chamadinhas: consistem em exercícios para o aluno responder por escrito, podendo ser usadas no início, durante a aula ou no seu final, dependendo do nível de ensino e da experiência profissional do professor.

Actividades práticas: servem para avaliar as habilidades dos alunos quanto à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos numa situação por eles já conhecida ou não, e comprovar o domínio na manipulação de objectos, meios de ensino e outros.

Trabalhos em pequenos grupos: consistem em organizar os alunos em pequenos grupos de trabalho para a realização de trabalhos teóricos ou experimentais na sala de aula ou não, servindo igualmente para observar as atitudes e os comportamentos de integração dos alunos no grupo.

Trabalho para casa (tarefas): consistem em exercícios ou actividades que os alunos devem realizar em casa, sendo posteriormente revisados no início das aulas seguintes. Servem essencialmente para a assimilação e fixação daquilo que o aluno aprendeu na aula do dia e ajudam-no a estudar, permitindo também ao professor conhecer a dedicação e o interesse do aluno em aprender fora da sala de aula.

Observação individualizada: é a forma de acompanhamento directo do desempenho de cada um dos alunos da turma, que pode ser feita na sala de aula ou fora dela. Através da observação, consegue-se recolher um conjunto de informações que têm a ver não só com talentos, mas também com comportamentos, atitudes e valores dos alunos.

A questão levantada pelos autores nos leva a considerar a importância de diversificar os instrumentos de avaliação, para que seja possível responder aos enormes desafios que se impõem na prática lectiva. Por exemplo, se aplicarmos um instrumento e a maior parte da turma não obtiver um bom resultado, devemos imediatamente

seleccionar outro, para que haja a efectivação dos objectivos e, concomitantemente, a aprendizagem dos alunos.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O Ensino Primário vai da 1ª à 6ª classe. Essa última é a classe de exame que dá transição para o 1º ciclo do Ensino Secundário. Frequenta a 6ª classe, ordinariamente, o aluno que completa 11 anos de idade no respectivo ano de matrícula.

A escola tem a denominação de “Escola Primária do Cató”. É de construção definitiva e tem nove salas de aula (todas apetrechadas com carteiras, mesas e quadros de giz), dois gabinetes, uma secretaria, quatro casas de banho (duas para os alunos e duas para os professores). Possui um total de 29 turmas e lecciona-se da Iniciação à 6ª classe. Funciona em dois turnos (manhã e tarde) e abarca cerca de 1599 alunos, com a faixa etária dos 5 aos 14 anos, e com uma média de 50 alunos por turma. A referida escola é uma instituição de ensino público, construída no ano de 2002, e localiza-se no bairro do Cató – Chingo em Sumbe (a cerca de 300 m da estrada nacional nº 100 no sentido Norte-Sul, tendo como referencial o desvio que antecede a igreja “Bom Deus”). Nesse mesmo ano, com apenas duas salas de aula, a escola em referência funcionava como salas de aula anexas à escola 2 de Março do Chingo.

Em 2005, com esforços da comissão de pais e dos encarregados da educação, ampliou-se a mesma passando para quatro salas de aula. Em 2008, por intermédio de um projeto do Fundo de Apoio Social (FAS), ampliou-se com três salas e, em 2010, mais uma vez pela generosidade da comissão de pais e dos encarregados da educação, acrescentou-se duas salas, totalizando, assim, nove salas de aula de construção definitiva.

É de realçar que a escola foi criada através do Decreto Conjunto nº 51/018, de 25 de Maio, e apresenta no seu organograma os seguintes elementos: directora, subdirector pedagógico, chefe de secretaria e coordenadores de classes.

A mesma funciona com 43 docentes (dos quais 35 são do gênero feminino), que ostentam um nível académico/profissional de ensino médio a licenciado, e três funcionárias administrativas.

As ações realizadas no espaço escolar são fundamentadas nos documentos orientadores, mormente, programas de ensino, manuais, regulamento interno, currículo, guias metodológicos, calendário escolar e outros. Contudo, os manuais para os alunos se apresentam em quantidade insuficiente.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho de pesquisa orientado é feito por caminhos que descrevem o período de elaboração e os elementos metódicos usados para o alcance dos objectivos propostos para o trabalho. Portanto, este estudo baseou-se na abordagem qualitativa, de natureza básica, descritiva quanto aos seus objectivos e, quanto aos procedimentos, caracteriza-se em uma pesquisa documental e pesquisa de campo (Gerhardt e Silveira, 2009).

A presente pesquisa foi realizada numa das escolas primárias da cidade de Sumbe, capital do Cuanza Sul-Angola. Enquadra-se na abordagem qualitativa pelo facto de tratar de um tema de carácter pedagógico e didáctico e na necessidade de trabalho de campo, para compreensão do fenómeno com a consulta de documentos e acervos documentais.

Para este estudo, os pesquisadores deslocaram-se para referida escola, tendo solicitado autorização à respectiva direcção para o trabalho de campo. Obtida a anuência, prepararam-se as condições para o trabalho de colecta de dados. Para o efeito, contactou-se preliminarmente o professor da 6ª classe e, em seguida, apresentaram os objectivos da pesquisa. O referido docente mostrou-se disponível e consentido em participar da pesquisa. No dia seguinte, procedeu-se a entrevista estruturada, com o objectivo de compreender as concepções dos professores sobre a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação das aprendizagens na 6ª classe da Escola Primária do Cató em Sumbe, Angola. No diálogo, ele demonstrou as suas habilidades e competências quanto ao seu trabalho e o tratamento que dá aos instrumentos de avaliação. Sobre as concepções dos instrumentos, salientou que usa com frequência a prova escrita e provas orais, para aferir as avaliações das competências de seus alunos.

Neste estudo, privilegiou-se a análise documental e a entrevista, para entender a pertinência da aplicação dos instrumentos de avaliação. Refira-se que a escola possui apenas uma turma da referida classe, leccionada por um professor. Para garantir o sigilo e confidencialidade, usou-se um nome fictício, Guito. Além da entrevista, também procedeu-se a verificação dos programas, plano curricular e instrumentos de avaliação (prova), com a sua respectiva matriz.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, inicialmente, apresentaremos algumas informações sobre o participante deste estudo, o professor Guito. Na sequência, exporemos a análise dos dados. O Guito é o professor da 6ª classe, de 37 anos de idade, com 16 anos de serviço e licenciado em ensino da Matemática. Após obtermos essas informações do docente, realizamos a entrevista. A primeira pergunta foi:

1. Dos instrumentos de avaliação das aprendizagens abaixo, quais deles utiliza?
 Prova escrita
 Prova oral
 Nenhuma
 Outras

O professor Guito nos informou que usa como instrumento de avaliação a prova escrita e a prova oral. “Os instrumentos de avaliação que uso são: as provas escritas e as provas orais”.

Ao mencionar o uso da prova escrita e da prova oral, o professor está a agir em conformidade às orientações dos documentos orientadores do Ministério da Educação em Angola, mormente, o Currículo do Ensino Primário, que aponta àquelas, a par das provas práticas, como os instrumentos mais usados nas escolas. Porém, isso não retira a possibilidade de usar outros em função do contexto escolar. Nesse caso, acreditamos na potência de explorar outros instrumentos que provavelmente se possam adequar aos diferentes momentos da aula, às variadíssimas temáticas, às diferentes disposições emocionais dos alunos e à própria flexibilidade da aplicação dos instrumentos. Passamos à questão seguinte:

2. Como devem ser elaboradas as provas escritas?

Sobre essa questão, afirmou que as provas são elaboradas mediante os conteúdos dados durante as aulas. O professor toma uma posição didacticamente recomendável, pois não se avalia o conteúdo que não foi abordado durante as aulas. Até mesmo as questões gramaticais, no enunciado, devem obedecer a este princípio, para não se cobrar aquilo que os alunos não obtiveram. Além disso, as provas devem ser elaboradas mediante uma matriz, enunciado e critérios de classificação, para garantir a sua eficácia e responder, dentre outros aspectos, a transparência, objectividade, flexibilidade e justiça na sua aplicação. Passamos à seguinte questão:

3. Quais são os elementos mais importantes numa prova?

Sobre a questão de quais elementos são mais importantes numa prova, respondeu que são o enunciado e a respectiva matriz. A sua resposta vai ao encontro da perspectiva de Afonso e Agostinho (2008), que destacam a matriz, enunciado, chave, cotação e critérios de classificação como elementos essenciais da prova. Por outro lado, é importante ter em conta também a aplicabilidade das provas, que se resume no modo como o professor lida com os seus alunos, sem ameaças ou ajustes de contas e sem amedrontos para impor o medo. O respeito à condição dos alunos ajuda a concretizar os objectivos da própria avaliação. Segue a quarta pergunta feita:

4. Os trabalhos de casa dos alunos são avaliados e classificados? De que forma?

Sobre a questão relacionada às tarefas para casa, respondeu afirmativamente que são avaliadas e classificadas, atribuindo-as notas, bem como permite saber se os alunos gostam de fazer a tarefa. “Sim, classifico, atribuindo notas aos alunos. E, por outro, fico a saber os alunos que não gostam de fazer a tarefa”.

Afonso e Agostinho (2007) mencionam as tarefas de casa como oportunidades para os alunos reverem os conteúdos desenvolvidos nas aulas e também permitem ao professor conhecer melhor os seus alunos em termos de dedicação. Todavia, é importante ter em conta as ilações que se podem tirar do desempenho dos alunos. Se, por exemplo, a maior parte da turma não conseguir resolver a tarefa, é porque os objectivos da aula não foram alcançados ou os instrumentos de avaliação não foram os mais adequados. Nesse caso, o professor deve rever as suas estratégias. De outro modo, quando o aluno não faz a tarefa, não devemos, logo, tirar conclusões precipitadas; devemos, antes de atribuir um julgamento, procurar saber as causas de não realização da tarefa. Hipoteticamente, pode acontecer o caso em que o professor não tenha orientado correctamente ou que o aluno, em casa, não teve espaço, porque vive alguma turbulência de desagregação familiar.

5. Como avalia os seus alunos, se num caso hipotético, estes não conseguirem resolver uma certa tarefa?

Em relação à questão apresentada, o professor afirma que não os avalia, por não ter a base. “O aluno fica sem avaliação, porque não tenho onde me basear”.

Relativamente à atitude do professor em não avaliar os alunos, talvez estivesse a pensar e a ponderar na falta de elementos de avaliação. Porém, ele deve avaliar os alunos, fazendo um juízo de valor para a posterior tomada de decisões em torno da seguinte questão: “por que os meus alunos não conseguiram resolver a tarefa?”. Ao responder a pergunta, pode entender as causas e, ao mesmo tempo, notar a necessidade de fazer uma avaliação mais cautelosa e profícua para voltar aos aspectos didáctico-metodológicos que careçam a devida atenção na sua prática lectiva. Por fim, a questão:

6. Numa avaliação oral, se o aluno não conseguir responder à pergunta, que nota atribuis?

Sobre essa questão, o professor disse que atribui a nota mínima, conforme os normativos. “Atribuo a nota mínima que está orientada em normativos”.

Quando o aluno não responde à pergunta, numa prova oral, o professor não pode ficar indiferente, limitando-se a atribuir dois valores, como nota mínima na

avaliação contínua. Tem de perceber por que a criança não respondeu. Para o efeito, deve recorrer a outros instrumentos de avaliação, que, porventura, a criança se sinta confortada. Para esses alunos, o professor deve traçar acções específicas de melhoramento da oralidade. Portanto, a avaliação deve servir não só para a atribuição de notas, mas, sobretudo, para saber a quantas andam os alunos em relação ao desenvolvimento de competências. E, em contrapartida, também espelha o trabalho desenvolvido pelo professor, tendo em conta a bilateralidade do referido processo. As perguntas não respondidas pelos alunos não devem ser, necessariamente, objectos de classificação e atribuição de notas, mas devem servir de indicadores para a identificação dos principais pontos de estrangulamento do processo de ensino-aprendizagem, de modo a encontrarem-se as possíveis soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na Escola Primária do Cató visou compreender as concepções de um professor na aplicação dos instrumentos de avaliação das aprendizagens, bem como descrever os instrumentos utilizados na referida classe e determinar a eficácia dos mesmos.

O estudo revelou que a avaliação está presente em qualquer nível ou classe de ensino, pois constitui uma tarefa permanente e necessária ao trabalho do docente, com realce nas suas actividades lectivas cotidianas. Ficou vincada a ideia de Fazenda (2007) quando afirma que a avaliação permite checar os progressos e os retrocessos dos actos pedagógicos e permite a viabilização de estratégias de superação dos possíveis pontos de estrangulamento.

A concepção do professor Guito, participante da pesquisa, sobre os instrumentos em referência revelou-se condizente com os normativos oficiais, não obstante o uso, no seu cotidiano lectivo, de instrumentos como a prova escrita e a prova oral, mencionadas no Currículo do Ensino Primário angolano, à semelhança das provas práticas, como os instrumentos mais usados nas escolas. Verificamos que a eficácia das provas não depende somente da qualidade de feitura da matriz e de outros elementos, mas também do ambiente que se cria e do modo como essas provas são aplicadas aos alunos.

As tarefas de casa constituem-se como oportunidades para os alunos reverem os conteúdos desenvolvidos nas aulas e continuarem os seus estudos em casa. Também ajudam na autoavaliação do professor e no conhecimento mútuo entre alunos e professores, a partir dos resultados que se obtêm; e indicam os avanços e recuos, assim como os ganhos e as perdas. Cientes desse panorama, os docentes necessitam delinear possíveis estratégias de superação.

Este estudo conduziu-nos à percepção, didacticamente recomendável, de que o

professor não pode avaliar o conteúdo que não tenha sido estudado nas aulas, nem tão pouco colocar, no enunciado, linguagem estranha e vocabulário fora do domínio do aluno.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M.; AGOSTINHO, S. **Metodologia de Avaliação no Contexto Escolar**. Luanda: Texto Editores, 2008.
- ANGOLA. Lei nº 17, de 7 de Outubro de 2016. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda: Diário da República, 2016.
- ANGOLA. Lei nº 32, de 12 de agosto de 2020. **Lei de Bases do Sistema de Educação**. Luanda: Diário da República, 2020.
- FAZENDA, J. A. **Didática da Matemática- Subsídios Pontuais**. (1ª Edição ed.). Luanda, Angola: Texto Editora, 2007.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- LUCKESI, C. C., **Avaliação da Aprendizagem, Componente do Ato Pedagógico**. 1. ed, São Paulo, Cortez, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Currículo do Ensino Primário**. 3.ª Edição / 1.ª, 2013.
- PERRENOUD, P., **A Avaliação: Da Excelência à Regulação das Aprendizagens entre Duas Lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SOUSA, N. M, d. **A prova que não prova**. 5. ed. Curitiba. Monalisa, 2017.